

MERCANTILIZAÇÃO DA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO E A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS ESPETACULARIZADOS

Milena Paula de MELO¹
Wedson Felipe Cabral PACHECO²

Resumo: O presente artigo tem como princípio um ensaio dialogando o processo de produção do espaço urbano de uma cidade empreendedorista. Nesse sentido, abordam-se os pressupostos teóricos que trazem análises para o terreno das políticas urbanas a partir da crise dos anos 1970 e indaga-se a reorientação do papel do Estado. Logo, o recorte espacial privilegiado é a zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, que vem passando por grandes transformações em seu espaço urbano, a fim de atender uma demanda hegemônica. Com o objetivo de mostrar os efeitos desse processo, esse estudo mostra que, para além de uma ideia equívoca de desenvolvimento, a privatização do espaço público e a seletividade das ações rompem com os princípios básicos da cidade democrática, acirrando a segregação socioespacial.

Palavras-chave: produção do espaço urbano, governança empreendedorista, cidade-mercadoria, Zona Portuária, Rio de Janeiro.

COMMODIFICATION OF THE PORT ZONE OF RIO DE JANEIRO AND THE PRODUCTION OF SPETACULAR SPACES.

Abstract: The present article has as principle an essay dialoguing the process of production of the urban space of an entrepreneurial city. In this sense, we approach the theoretical assumptions that bring analyzes to the terrain of the urban policies from the crisis of the 1970s and we question the reorientation of the role of the State. Therefore, the privileged space is the port area of the city of Rio de Janeiro, which has undergone major transformations in its urban space in order to meet a hegemonic demand. In order to show the effects of this process, this study shows that, in addition to an equivocal idea of development, the privatization of public space and the selectivity of actions break with the basic principles of the democratic city, stimulating socio-spatial segregation.

Keywords: urban space production, entrepreneurial governance, city-merchandise, portuary zone, Rio de Janeiro.

MARCHANDISATION DE LA ZONE PORTUAIRE DE RIO DE JANEIRO ET A PRODUCTION D'ESPACES TRANSFORMÉ EN UN SPECTACLE

Résumé: Le présent article a pour principe un essai dialoguant sur le processus de production de l'espace urbain d'une ville entrepreneuriale. En ce sens, nous abordons les hypothèses théoriques qui amènent les analyses du terrain des politiques urbaines à partir de la crise des années 1970 et nous questionnons la réorientation du rôle de l'État. Par conséquent, l'espace privilégié est la zone portuaire de la ville de Rio de Janeiro, qui a subi de profondes transformations dans son espace urbain afin de répondre

¹ Geógrafa pela UFF, mestra em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE) e doutoranda em Geografia pelo PPGeo/UERJ.  <http://orcid.org/0000-0002-4688-7431>. E-mail: milenapmelo@gmail.com

² Geógrafo pelo IFF, mestre e doutorando em Geografia pelo PPGeo/UERJ.  <https://orcid.org/0000-0002-1966-7310> E-mail: wfelipecp@yahoo.com.br

à une demande hégémonique. Afin de montrer les effets de ce processus, cette étude montre que, outre une idée équivoque du développement, la privatisation de l'espace public et la sélectivité des actions sont en contradiction avec les principes fondamentaux de la ville démocratique, stimulant la ségrégation socio-spatiale.

Mots-clés: production d'espace urbain, gouvernance d'entreprise, ville-marchandise, zone portuaire, Rio de Janeiro.

Introdução

Carlos (2007) destacou que “o espaço geográfico é social, produto de trabalho geral da sociedade em cada momento histórico. (...) Nesse contexto, o sentido do espaço produzido é aquele marcado por diferentes modos de produção, conseqüentemente, de apropriação”. Logo, os homens, ao produzirem sua existência, produzem não só sua história, seu conhecimento, mas também o espaço. Todavia, estudar o espaço pelo espaço é uma veleidade. É necessário um recorte analítico.

Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é trazer análises para o terreno das políticas urbanas a partir da crise dos anos 1970, políticas essas inseridas em um contexto de reestruturação produtiva do capital e que apontam para a materialização desta guinada social, política e econômica na produção do espaço urbano. O Estado reorienta o seu papel, que passa a adotar um receituário [estratégico] neoliberal³, caracterizando-se como o principal facilitador do processo de reprodução do capital, para evidenciar que os mais recentes projetos de intervenção urbana podem ser compreendidos como uma das principais estratégias desta facilitação.

Diante do exposto, Maricato (2015) aponta que:

Os Estados não foram diminuídos como fez crer o ideário neoliberal, mas adaptaram-se às exigências das grandes corporações e do capital financeiro. Enfraqueceram-se apenas em relação às políticas sociais. Naquilo que interessa a estes agentes hegemônicos, os Estados foram fortalecidos com a ajuda midiática. (MARICATO, 2015, p. 73)

O foco central estará, assim, no modo com o qual se dá a produção do espaço em meio a esta conjuntura. A passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro resulta no acirramento das contradições que se produzem no processo de (re)produção, uma vez que ressignifica a dialética valor de uso/valor de

³ Parte do momento histórico embasado na doutrina político-econômica, formulada logo após a Segunda Guerra Mundial, por Hayek e Friedman, entre outros - a partir da crítica ao Estado de Bem-Estar Social e ao socialismo e por meio de uma atualização regressiva do liberalismo (Anderson, 1995).

troca, apresenta novas estratégias para a extração da renda da terra e configura verdadeiras tensões entre ordem próxima/ordem distante, espaço vivido/espaço concebido, apropriação/dominação, táticas/estratégias etc.

Como aponta Harvey (2006), acima de tudo, a cidade precisa parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para divertir-se e consumir. (HARVEY, 2006, p. 176). E a Zona Portuária do Rio de Janeiro, espaço objetivo deste trabalho, constitui um rico laboratório para a observação das intervenções na produção capitalista do espaço e da sua configuração atual.

Acreditamos que só é possível entender o patamar que as cidades empreendedoras alcançaram atualmente, resgatando o contexto histórico em que suas bases foram ancoradas e os discursos que legitimam (ou legitimaram) certas estratégias, ações e modelos de governança. Dessa maneira, faremos inicialmente uma análise da ascensão das cidades como atores políticos no contexto da reestruturação produtiva, perpassando pela produção do espaço urbano em tempos de espetáculo sob a luz da financeirização da economia. Em seguida, abordaremos o empreendedorismo urbano por meio das suas estratégias e de seus instrumentos, tais como as parcerias público-privadas, o planejamento estratégico e o *city marketing* em tempos de espetáculo. Por fim, discutiremos a questão da cultura nos processos de empresariamento urbano, em que destacamos seu papel simbólico e imagético, com vistas à valorização territorial e à criação de estereótipos das imagens-produto. Assim, poderemos compreender os efeitos desse processo que, no caso de áreas de ocupação mais antiga da cidade, pressupomos a existência de particularidades que atestam a complexidade do fenômeno no recorte espacial em questão.

A ascensão das cidades como atores políticos

Pensar em intervenções urbanas é pensar nas dinâmicas sociais, políticas e econômicas que ocorrem no espaço no tempo histórico. Dissecando, são processos condicionados e fertilizados por ideais dispersos numa arena política e efetivados pelas decisões levadas a cabo, no limite, pelo Estado.

As formas de intervenção no espaço urbano obedecem a interesses. Credo ser o Estado a entidade que emana da sociedade, seria óbvio supor que os desejos da sociedade são representados pelo Estado. Todavia, a vontade da maioria não se reflete necessariamente nos rumos orientados pelo Estado. E essa contradição de base teórico-política é informada incisivamente por motivos econômicos, fomentando um vigoroso debate sobre a supremacia da lógica do capital na (re)produção do espaço urbano. Para Harvey (1982), “os capitais, em cada momento histórico, buscam moldar as cidades aos seus interesses, ou melhor, aos interesses de um conjunto articulado de diferentes forças que podem compor uma aliança” (p. 9).

A reestruturação produtiva engendrou-se a partir da década de 1970, sob o advento da revolução tecnológica. No entanto, para se entender esse período de transformações ocorridas no mundo e os novos parâmetros de dominação e de acumulação, é necessário compreender que houve mudança no modo de produção capitalista, do Estado fordista para o Estado da acumulação flexível.

A atuação estatal vigente do pós-guerra à década de 1970, o chamado Estado de Bem-Estar Social, atrelado aos interesses produtivos do sistema capitalista-fordista, se caracterizava pela intervenção na dinâmica social através da garantia de acesso da população aos serviços sociais, aos salários indiretos, possibilitando ao trabalhador mais dinheiro para consumo em massa, paradigma do sistema de produção fordista. Conforme Harvey (2005):

[...] o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc.- vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção (HARVEY, 2005, p. 129).

O pacto fordista e o Estado de Bem-Estar Social, que se configurou nos 30 anos gloriosos (do pós-guerra à década de 1970), deram sinais de crise como manifestação da crise estrutural do capital, principalmente no que diz respeito à taxa decrescente de

lucros. Essa crise ganhou combustível com o ressurgimento da luta de classes dos anos 60, pondo fim ao “compromisso” estabelecido pelo *Welfare State* (Estado providência)⁴.

É importante entender que o Estado-Nação não foi solapado pela economia e pelas inovações tecnológicas e que, levado a reboque, teve que se adequar aos seus ditames. Compans (2005) afirma que o Estado e as empresas estavam conscientes e tomaram ações para direcionar a transição do sistema de acumulação fordista para o sistema de acumulação flexível⁵.

O capitalismo flexível, que emergiu como resposta à crise estrutural do capital e do sistema fordista, se afirma pela prática da retirada de capitais do setor produtivo e do seu investimento no mercado financeiro, pela associação à informatização, pela enorme redução da mão de obra empregada, que fez aumentar o exercício de reserva, além da retirada sistemática de direitos sociais, pondo em destaque o ideário neoliberal cuja dupla Margaret Thatcher, eleita na Inglaterra em 1979, e Ronald Reagan, eleito nos Estados Unidos em 1980, são os primeiros experimentadores.

Para Castells (2007), os principais objetivos da reestruturação foram

[...] aprofundar a lógica capitalista de maximização do lucro nas relações capital/trabalho, aumentar a produtividade do trabalho e do capital, globalizar a produção, o comércio e os mercados buscando as condições mais vantajosas; e, finalmente, assegurar que o Estado favorecesse os ganhos de produtividade e competitividade das economias nacionais em detrimento da proteção social. (CASTELLS apud COMPANS, 2007, p. 40).

Neste contexto em que a crise haveria de ser superada pela adesão ao neoliberalismo, a retórica da falência do Estado e de sua rigidez burocrática, que estaria na origem de todos os problemas, encontrou eco em muitos autores que passaram a deslegitimar os poderes do Estado provedor, porque “suas competências não são suficientes para controlar os fluxos globais e sua organização costuma ser demasiado rígida para adaptar-se aos câmbios constantes do mercado mundial” (Borja

⁴ Maiores informações em SANTOS, B. S. (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento.

⁵ Preferimos compreender que os processos constituem-se de forma sistêmica, simultânea e inter-relacionada e não num encadeamento linear.

e Castells, 1997, p. 31)⁶. Esses mesmo argumentos têm sido utilizados para defender as cidades contemporâneas como atores políticos e sociais face à atuação de um Estado coordenador e facilitador ao estimular oportunidades no mercado competitivo de cidades, o que se traduz, na maioria dos casos, em produzir o urbano baseado na espetacularização.

A produção do espaço urbano em tempos de espetáculo

207

A atividade financeira se sobrepôs não apenas à atividade produtiva, mas passou a ter centralidade⁷ na atuação estatal e na própria vida cotidiana. O empreendedorismo urbano, conforme verificaremos adiante, trata da materialidade desse processo de financeirização na produção do espaço, que se constitui como um espaço financeirizado. Harvey (1982) associa as mudanças no mundo ocidental à necessidade de reversão do quadro de crise do sistema capitalista e ao surgimento de novas maneiras de experimentar as noções de tempo e espaço, no mundo globalizado/fragmentado.

O entendimento da compressão espaço-tempo perpassa pelo processo de reestruturação do capitalismo, pela emergência e difusão das inovações tecnológicas nas redes de transporte e de telecomunicações, pela dispersão da estrutura produtiva pelo território e pela mudança no papel do estado com seu esvaziamento na garantia dos direitos sociais universais. No entanto, o impacto dessas transformações reverbera de modo distinto na realidade desses novos atores hegemônicos, atuando de forma particular como os indivíduos, corporações, cidades, países, enfim, se relacionam entre si e como interagem e dialogam com esta compressão do espaço-tempo que David Harvey (2005) definiu. Conforme salienta Maricato (2015):

⁶ Vale registrar que o sociólogo catalão Manuel Castells, nos anos 1990, passou a atuar como consultor, ao lado de Jordi Borja e em parceria com agências multilaterais de cooperação tais como a ONU (ONU-Habitat e PNUD) e o Banco Mundial –, para auxiliar a implantação do planejamento estratégico em diversas administrações locais em todo o globo, incluindo o Rio de Janeiro com o Plano Estratégico de 1993.

⁷ Segundo Lefebvre, “O que é centralidade (urbana, social)? Uma forma, aquela da reunião, do encontro, da simultaneidade. De quê? De tudo o que pode **se reunir, se encontrar, se acumular.**” (LEVEBVRE, 2008, p.124, grifo nosso).

Faz muita diferença iniciar o processo de reestruturação produtiva a partir de uma base de pleno emprego ou de direitos universais relativamente extensivos, em vez de uma base na qual os direitos são privilégios de alguns. Para os PCCs, a globalização⁸ significou a quebra do contrato social, e para os PCPs significa uma nova relação de dominação e exploração. (MARICATO, 2015, pg. 74)⁹

Outra autora que destaca o papel do capital financeiro e do setor de serviços na reconfiguração da cidade no contexto da globalização é Saskia Sassen (1993). As análises de Sassen afirmam que o colapso da economia mundial na década de 1970 forçou mudanças, sem, contudo, despedaçar a economia que, em resposta à crise, produziu uma complexa dualidade, uma organização da atividade econômica dispersa, porém ainda mundialmente integrada.

Esse contexto do novo arranjo de um processo produtivo flexível, somado a um Estado desregulamentado, à emergência de um meio técnico-científico-informacional globalizado, à mundialização do sistema de fluxos financeiros e comercial, encontrou nas *idades*, agora denominadas *globais*, “os lugares-chaves para os serviços avançados e para as telecomunicações necessárias à implementação e ao gerenciamento das operações econômicas globais” (SASSEN, 1998, p. 35).

O alinhamento entre o conjunto de práticas de controle do trabalho organizado, a atuação do Estado regulador e o grande capital corporativo, que teria experimentado um longo período de expansão no pós Segunda Guerra Mundial, começa a ser questionado e, dessa maneira, a própria manutenção do fordismo. Nessa perspectiva, Maricato (2015) afirma que:

Muitas críticas ao modelo fordista keynesiano somaram-se às determinações que estão na esfera da produção e da acumulação de capitais (crise de fundos, de mercados, de lucratividade e fiscal, que se somaram à crise do petróleo), para definir seu *declínio* (MARICATO, 2015, p. 71, grifo nosso).

O compromisso fordista com a negociação salarial estaria confinado a determinados setores da economia e os demais estariam sujeitos a baixos salários e

⁸ A autora especifica a escolha pelo conceito de globalização que se refere ao conjunto das mudanças ocorridas no mundo, a partir do que Harvey chama de reestruturação produtiva do capitalismo, que tem início nos anos 1970 (Maricato, 2015, p. 19).

⁹ Maricato (2015, p. 70) define PCCs e PCPs, respectivamente: países centrais capitalistas e países centrais periféricos.

fraca garantia de emprego, o que levou a desigualdades e a insatisfações difíceis de serem controladas diante do aumento progressivo de expectativas da sociedade de consumo.

Para além de uma crítica a pouca qualidade de vida num regime de consumo em massa padronizado, Maricato¹⁰ (*ibidem*) destaca que “os padrões do urbanismo modernista foram aplicados a uma parte das cidades, formando verdadeiras “ilhas da de primeiro mundo” cercadas de ocupações ilegais, promovidas pelas favelas, cortiços e loteamentos clandestinos” (p. 70). Para Harvey (2005), esse “gerencialismo estatal fordista e keynesiano passou a ser associado a uma austera estética funcionalista (alto modernismo) no campo dos projetos racionalizados” e que também recebeu críticas pesadas, como as de Jane Jacobs (1961).

Outras¹¹ frentes de oposição também se uniram e passaram a criticar a rigidez do modelo fordista que caracteriza esse período de relativo bem-estar social. Emerge, assim, o modelo da acumulação flexível do capital que pauta seu receituário visando à aceleração do tempo de giro do capital na produção e no consumo. Flexibiliza, dessa forma, não só a estrutura da produção sobre o território, mas também a organização da produção para zonas de controle mais fácil do trabalho além das relações de trabalho, elevando as taxas de exploração. Outrossim, flexibiliza e diversifica os produtos e os mercados, buscando novos nichos. Tudo isso alimentado por significativos avanços tecnológicos.

Harvey (2005) caracteriza esse momento “pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (p. 140). No entanto, essas rápidas mudanças envolvem padrões de desenvolvimento desigual “tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]” (p. 140). Ainda segundo Maricato (2015),

¹⁰ A autora referia-se à atuação do fordismo periférico.

¹¹ Harvey lembra-se da convergência da luta das mulheres: o movimento contracultural e o anticonsumo (Harvey apud Maricato, 2015, p. 71).

a globalização nos Países Capitalistas Periféricos significou uma nova relação de dominação e de exploração.

O processo de centralização do capital sob a forma financeira estaria assentado na produção de novas tecnologias que reajusta as relações de trabalho e de sistemas sociais, impondo a desregulamentação do mercado, a privatização dos serviços públicos, a intensificação do controle do trabalho, muitas vezes, superando, ou cooptando o poder sindical e os altos níveis de desemprego estrutural. Assim, a desindustrialização reflete no fechamento de empresas que não conseguem se manter na concorrência com a abertura comercial, o que redundará na redução dos postos de trabalho; no desemprego, na intensificação do trabalho daqueles que permanecem no mercado; na ampliação das jornadas de trabalho; da clandestinidade e da invisibilidade do trabalho não formalizado, entre outros aspectos.

Iamamoto (2013) ressalta que os dois braços em que se apoiam as finanças – as dívidas públicas e o mercado acionário das empresas – só sobrevivem com a decisão política dos estados e o suporte das políticas fiscais e monetárias. Por um lado, há a privatização do Estado, o desmonte das políticas públicas e a mercantilização dos serviços, a chamada “flexibilização” da legislação protetora do trabalho e, por outro, existe a imposição da redução dos custos empresariais para salvaguardar as taxas de lucratividade e, com elas, a reestruturação produtiva centrada menos no avanço tecnológico e predominantemente na redução dos custos do chamado “fator trabalho” com elevação das taxas de exploração.

As políticas governamentais favorecem a esfera financeira e o grande capital produtivo – das instituições, dos mercados financeiros e das empresas multinacionais, enquanto um conjunto de forças que captura o Estado, as empresas nacionais e o conjunto das classes e dos grupos sociais, os quais passam a assumir os ônus das chamadas “exigências dos mercados”. Existe uma estreita relação entre a responsabilidade dos governos nos campos monetário e financeiro e a liberdade dada aos movimentos do capital transnacional para atuar, no país, sem regulamentações e sem controles, transferindo lucros e salários provenientes da produção para se valorizarem na esfera financeira.

A internacionalização do capital tem, portanto, profundas repercussões nas conhecidas diretrizes de privatização, descentralização, desfinanciamento e recrudescimento dos direitos do trabalho. O propósito é liberar recursos financeiros para a obtenção de superávits fiscais e para o pagamento da dívida pública. A busca de equacionar a relação entre dívida pública e gasto público, sob a hegemonia das finanças, reflete em um redimensionamento da atuação do Estado:

A hegemonia-financeira redefine a estrutura, *forma de funcionamento e conteúdo da intervenção do Estado* – e da *política social* –, em função da necessidade da dívida pública funcionar como elo crucial de valorização financeira (e fictícia) do capital e, como consequência à política de ajuste fiscal permanente, enquanto fiador e viabilizador dessa valorização (FILGUEIRA; GONÇALVES, 2009, p.2 apud IAMAMOTO, 2013, p.333).

O Estado também se reestruturou, redefinindo-se enquanto expressão das disputas entre as diversas classes. No Brasil, o processo de desregulamentação, juntamente ao processo de privatização das empresas públicas, reduziu bastante a presença do Estado nas atividades diretamente produtivas. Grupos privados nacionais e estrangeiros se fortaleceram, dando origem a oligopólios privados, redefinindo a força relativa dos diversos grupos econômicos e enfraquecendo grupos políticos regionais tradicionais; além de permitir demissões em massa e de enfraquecer os sindicatos.

Assistimos, assim, à retirada do Estado de setores estratégicos da atividade econômica, juntamente ao agravamento de sua fragilidade financeira, à redução de sua capacidade de investimento e à perda de autonomia da política econômica. Reduziu-se, dessa forma, a possibilidade de planejar, regular e induzir o sistema econômico. O crescimento acelerado da dívida pública – com encargos financeiros elevadíssimos –, juntamente à livre mobilidade dos fluxos de capitais, é parte central da subordinação da política macroeconômica aos interesses do capital financeiro, ao mesmo tempo em que redefiniu a presença dos interesses das distintas classes e das frações de classe no interior do Estado.

Iasi (2010) destaca que, no seio da mais recente crise do capitalismo, o mercado receberia de volta seu protagonismo e os indivíduos deveriam buscar o acesso aos bens essenciais à vida na forma da compra de bens e serviços mercantis,

mas o Estado se manteria supletivamente como garantidor de mínimos necessários à população mais pobre. Mas, para poder focar na população mais necessitada e nas áreas que realmente demandassem a atenção do Estado, este deveria se livrar das ações que não lhe diziam respeito, casualmente as áreas que interessavam ao capital monopolista. O referido autor ainda lembra que “crise será sempre vista como uma carência, seja de crédito, consumo insuficiente, falta de investimento” (idem, p.28).

O mercado financeiro viria, assim, para supostamente solucionar a crise do capitalismo por meio da oferta de crédito para os trabalhadores que agora têm os seus salários reprimidos, bem como por meio de empréstimos maciços do FMI aos países periféricos, que exigiam contrapartidas, ou seja, tratava-se de “fazer a cabeça”¹² dos quadros locais. Já o Estado, assume uma postura atrelado ao nexos Estado-finanças com o poder de crédito centralizado na privilegiada classe financeira. No tocante à produção do espaço urbano, Harvey (2011, p. 137) aponta que “a produção do espaço em geral e da urbanização em particular tornou-se um grande negócio no capitalismo. É um dos principais meios de absorver o excesso de capital. (...) As conexões entre a urbanização, a acumulação do capital e a formação de crises merecem análise cuidadosa”.

As condições de crescimento lento no contexto da acumulação flexível não só geraram um aumento da competição internacional mas também forçaram os Estados a se tornarem mais empreendedores e mais atentos em manter um clima favorável aos negócios. Observa-se, então, o desenvolvimento de um modo específico de se conceber a cidade, pautado na circulação de capital na esfera financeira e na escala global. Iremos abordar, no próximo ponto, o empreendedorismo urbano e suas nuances, entendido como um novo modo de gestão e planejamento urbanos.

O papel das cidades no contexto neoliberal: o empreendedorismo urbano

A mudança no regime de acumulação engendrou transformações nas relações e nas práticas culturais, políticas, econômicas e espaciais. De acordo com Harvey (1996), pode-se verificar que, desde a redução nas barreiras espaciais à circulação de

¹² MARICATO (2015, p.76)

bens, pessoas, dinheiro e informação, no último terço do século XX, a qualidade do espaço ganha importância para a inserção das cidades nos espaços econômicos globais. Sánchez (2010, p.106) ainda afirma que “não é o espaço como palco da sociedade em transformação, mas, propriamente, o espaço como fator propulsor e organizador desta transformação”.

Em um contexto de competição interurbana, essa qualidade passa a ser decisiva na atração do capital com vistas à inserção das cidades nos circuitos espaciais da economia internacional. Na relação dialética entre poder local e capital financeiro mundializado, a cidade entra como o sujeito central por excelência. Harvey (2005) afirma que houve uma reorientação das posturas das governanças urbanas, em que a abordagem “administrativa”, tão característica da década de 1960, deu lugar a formas de ação iniciadoras e “empreendedoras” nas décadas de 1970 e 1980.

Assim, a lógica corporativa é transferida às cidades, que assumem, então, a condição de empresas, estruturando-se como tais. É por esse motivo que alguns autores, como Harvey, denominam esse momento como aquele do empresariamento urbano, e outros, como Compans (2005), falam em empreendedorismo urbano.

A atividade empreendedora surge em decorrência da explicitação das características que compõem o complexo movente e movido do *capital*, manifestando-se historicamente via diferentes modos de produção. Ganham uma importância ímpar com o desenvolvimento do neoliberalismo e a expansão do processo de globalização. A noção de empreender surge no bojo do desenvolvimento do *capital* com diferentes entendimentos, segundo o desenvolvimento das relações de produção de cada país.

Autores como Borja (1996) e Borja e Castells (1996, 1997) estiveram diretamente envolvidos na renovação urbana implementada em Barcelona e defendem essa convergência de fatores como um momento único para as cidades, onde apenas elas teriam capacidade de dar respostas à crise mediante uma nova experiência administrativa, integrando e representando interesses e coletividades sob um projeto de cidades que seria *[supostamente]*¹³ benéfico para todos.

¹³ Grifo da autora.

Com os apontamentos de HARVEY (1996), o empresariamento urbano se apoia em um quadro de competição interurbana por recursos, por empregos e por capital de somatória zero, então mesmo os socialistas municipais mais decididos e mais vanguardistas estariam, no final, jogando o jogo capitalista e atuando como agentes disciplinadores dos próprios processos aos quais tentam resistir.

Assim, verifica-se que o ato em idealizar e efetivamente colocar em prática o empresariamento urbano é o fato de fazer com a cidade (como espaço das relações e das classes sociais) uma organização totalmente estruturada com o simples objetivo de receber investimentos, acréscimos econômicos e desenvolvimento voltados apenas para a lucratividade e para o bem do capital. Quebra-se, dessa forma, o conceito de cidade como ambiente de produção das relações sociais, que está devidamente espacializada para o convívio dos seres que, neste lugar, habitam, trabalham, estudam e praticam seus encontros.

Conforme afirma Carlos (2011, p. 120), “os lugares da cidade aparecem como lugares da infraestrutura necessária ao desenvolvimento de cada atividade, em particular de modo a entrever uma equação favorável à realização do lucro”.

Na esteira desse processo, do final dos anos 1970 em diante, sob condições de intensa competição, difundiram-se políticas urbanas com o perfil de ações de inserção das cidades nos circuitos espaciais da economia internacional. Acompanhando a constituição do discurso da globalização neoliberal, técnicas do planejamento empresarial, principalmente do denominado planejamento estratégico, foram introduzidas nos campos da gestão e do planejamento urbanos. A noção de parceria público-privada e o empreendedorismo dos governos locais tornaram-se referências das políticas urbanas hegemônicas (COMPANS, 2005; DEL RIO, 2001; LIMA JUNIOR, 2010; SÁNCHEZ, 2010; VAINER, 2013). Del Rio (2010) endossa essa perspectiva, ao afirmar que:

Nesse paradigma, é fundamental que as intervenções urbanísticas arquitetônicas sejam de grande qualidade e que estejam inseridas em um planejamento estratégico de programas e de ações que se desenvolvam a curto, médio e longo prazo. Também é preciso considerar que, numa era de sérias limitações de recursos públicos e de mercados cada vez mais globalizados e competitivos, as cidades buscam modelos de gestão mais flexíveis, como as iniciativas público-privadas e práticas participativas, por meio das quais ações menos centralizadas possam responder tanto às

necessidades das comunidades quanto às oportunidades e vantagens competitivas. [...] E, dentro desse pensamento, a revitalização sustentável de centros urbanos, particularmente de suas áreas portuárias e *waterfronts*, transformou-se num símbolo da cidade pós-industrial, facilitando sua inserção no competitivo mercado global (p. 26).

Instrumentos do empreendedorismo urbano: o planejamento estratégico e as parcerias público-privadas (PPP's)

A lógica do empreendedorismo urbano viabiliza a produção e a gestão do espaço citadino para o negócio, por meio da adoção de um planejamento estratégico¹⁴ pautado em parcerias público-privadas. Tal modalidade de planejamento vem supostamente para substituir o planejamento tido como centralizado e autoritário do período modernista e que há muito vem sendo questionado, criticado e problematizado.

Nesse cenário, a cidade fica circunscrita às orientações empresariais e especulativas para a sua inserção no mercado global. Ela é ainda conformada a partir da retórica ideológica “configura uma agenda para os governos de cidade, tornada dominante, com pautas definidas que contêm prioridades para as políticas, ações e programas, assim como indicações para a operacionalização dos mesmos”. (SÁNCHEZ, 2010, p. 265).

Desse modo, a cidade é desregulada, privatizada e fragmentada para dar ao mercado um espaço absoluto, reforçando a ideia da cidade autônoma, a qual necessita instrumentar-se para competir com as demais, na disputa por investimentos, tornando-se uma “máquina de produzir riquezas”¹⁵. Como reforça Lima Junior (2010), “quando experimentado nas cidades, agir estrategicamente significava conceber ações para o ambiente interno de modo a minimizar pontos fracos e maximizar pontos fortes”.

Para Castells e Borja (1996, p. 160), o governo local deve ser capaz de promover a cidade tanto para o exterior na busca de oportunidades, “desenvolvendo uma

¹⁴ De acordo com MARICATO (2015, p.88-89), esse planejamento estratégico inspirou-se no urbanismo da Barcelona dos Jogos Olímpicos e foi comprada na América Latina como grande salvadora das cidades.

¹⁵ Expressão cunhada por Peter Hall (1995).

imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infraestrutura e de serviços” e nas parcerias público-privadas quanto internamente para desenvolver mecanismos de cooperação e de participação social, na busca de consensos, por meio do fortalecimento do “patriotismo cívico” e da realização de “obras e serviços visíveis”.

Nesse contexto, afirma-se que as cidades, para competir pelos investimentos do capital, deve ser ela própria uma mercadoria, uma vez que vender seus atributos locais se tornou a principal função dos seus governantes. Nas palavras de Vainer (2013):

A venda da cidade é, necessariamente, a venda daqueles atributos específicos que constituem insumos valorizados pelo capital transnacional: espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação e comércio, segurança. (p.79)

Para Harvey (2011), a adequação ao modelo empresarial e especulativo aponta para a necessidade dos governos urbanos locais serem mais inovadores e mais empreendedores em um mundo competitivo. Ainda conforme o autor, além da noção de parceria público-privada, o empreendedorismo também se caracteriza, em que ao público cabe, costumeiramente, assumir os riscos do investimento, ao contrário da ideia difundida, de bônus e de ônus partilhados; e o privilégio da economia política do lugar, com investimentos pontuais e impactos localizados, em detrimento de problemas mais importantes e que envolvem a região ou o território como um todo. Nesse aspecto, Maricato (2015) ressalta que a publicidade insistente e a mídia, de um modo geral, têm um papel essencial na construção da representação ideológica da cidade, destacando os espaços de distinção (p.85).

Os investimentos nas cidades deixam transparecer o verdadeiro caráter do direcionamento das ações do setor público a partir das necessidades do setor privado, que investe apenas onde a lucratividade esteja garantida. O que se observa, nesse sentido, é a reorganização e a rearticulação entre interesses privados e as formas de favorecimento público, nas quais, de acordo com Harvey (2006), os custos locais para o capital privado podem ser reduzidos por subsídios (renúncias fiscais, crédito barato, aquisição de terrenos), por um pacote substancial de ajuda e de assistência.

Por detrás desse discurso da construção de um projeto de cidade que encara um novo papel estratégico no mundo globalizado, existe uma profunda transformação dos mecanismos de gestão urbana que, na maioria das vezes, significa a supressão de toda e qualquer regulação social de partes do território em prol de lógica do mercado empresarial especulativo. Essa lógica transforma em rotina e aprofunda uma lógica urbana excludente e antidemocrática.

Nota-se, dessa forma, que as reações inovadoras e competitivas de muitas alianças urbanas da classe dirigente engendraram mais incerteza e, no fim, tornaram o sistema urbano mais vulnerável às incertezas da mudança acelerada (Harvey, 2006, p.180). O autor ainda destaca que como, atualmente, o capital tende a ter mais mobilidade, provavelmente, crescerão os subsídios locais ao capital, enquanto diminuirá a provisão local para os desprivilegiados, criando uma maior polarização na distribuição social da renda real (idem, p.182).

Cidade-mercadoria e o papel da cultura no empreendedorismo urbano

A cidade, enquanto um produto, uma mercadoria que possui um valor, é consumida por um público específico e qualificado. Para atrair esses consumidores, entretanto, Vainer (2013) destaca que “não são visitantes e usuários em geral, são seletivos, visitantes e usuários solventes”. A promoção das cidades competitivas, ágeis e flexíveis no circuito econômico global perpassa não só pela comercialização dos seus espaços urbanos para além do seu aspecto físico, mas também pelo seu aspecto simbólico e discursivo. Este se ancora na venda de uma imagem favorável de cidades, agregando maior valor a seus moradores, aos consumidores exigentes e, especialmente, aos investidores de capital externo. Para Harvey (2005, p. 91),

ao que parece, as cidades e lugares hoje tomam muito mais cuidado para criar uma imagem positiva e de alta qualidade de si mesmos, e têm procurado uma arquitetura e formas de projeto urbano que atendam a essa necessidade (HARVEY, 2005, p. 91).

Para a ocorrência desse projeto de cidade, contudo, Vainer (2013) elenca dois elementos que, nesse contexto, se destacam: a necessidade (percepção) da consciência de uma crise e o patriotismo à cidade. No primeiro elemento, as propostas

de intervenções urbanas de áreas históricas e portuárias encontram ecos nos planos discursivos [políticos¹⁶ e midiáticos¹⁷] de abandono, esvaziamento, precariedade. NO segundo, por sua vez, as cidades deveriam ser amadas e idolatradas por suas massas orgulhosas. Campanhas publicitárias, por exemplo, atuam intensamente como mecanismos de convencimento e de adesão às intervenções.

Por essa perspectiva, torna-se estrategicamente relevante à cidade manter-se coesa com o que almeja, assim como uma empresa (HARVEY, 2006), e como cidade-empresa, despolitizar-se (VAINER, 2013). Consensos, portanto, necessitam ser criados, objetivando a mobilização [aceitação] da sua população quanto ao seu êxito, uma vez que as intervenções engendradas nas cidades seriam redentoras. De acordo com Harvey (1996, p. 80),

a produção orquestrada de uma imagem urbana pode, se bem sucedida, ajudar também a criar um sentido de solidariedade social, orgulho cívico e lealdade ao lugar e mesmo permitir que a imagem urbana forneça um refúgio mental em um mundo no qual o capital alija cada vez mais o senso de lugar.

Nesse sentido, a ideia de cidade-espetáculo, por meio da infraestrutura inovadora, da imagem e da gestão urbana próprias, busca resgatar elementos ligados ao patrimônio histórico e cultural para inseri-los nas relações e nos fluxos econômicos.

Cabe ainda salientar a importância adquirida pela cultura na contemporaneidade na construção do consenso enquanto condição e resultado dos discursos e das ideias como de atrativos do local, assim como para o papel de seu principal provedor e financiador, o capital, via empresários e fontes internacionais de financiamento: “o cultural como *‘animação’*, sem alma por certo, tornou-se o grande fetiche dos nossos dias. [...] O que se consome é um estilo de vida e nada escapa a essa imaterialização que tomou conta do social.” (ARANTES, 2001, p. 143, *grifos da autora*)

¹⁶ No Rio de Janeiro, o então prefeito Eduardo Paes torna-se um ator político engajado no desenvolvimento das intervenções implementadas na zona portuária carioca que, nos termos de Borja e Castells, é denominado como “geração da liderança local”. (CASTELLS & BORJA, 1996, p.156).

¹⁷ “Um bairro abandonado que volta a ter vida”. Frase inúmeras vezes repetida pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, sobre as mudanças que a região portuária passaria. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1898829-abandono-e-ruas-vazias-compoem-retrato-da-crise-pela-qual-passa-o-rio.shtml> Acesso em: 06/07/2017.

A inserção das cidades no circuito global da reprodução do capital alia-se ao *city marketing* para tornar os espaços citadinos competitivos e atraentes aos interesses dos seus consumidores, e uma das principais estratégias do empreendedorismo urbano e, conseqüentemente, do *city marketing* é usar da cultura como um indutor de consenso e de mudança. Nas palavras de Arantes (2013), ocorre uma culturalização do mercado¹⁸.

O mercado atua para extrair renda, ganho, lucro no contexto capitalista e, no processo contemporâneo de globalização, a renda busca cada vez mais se tornar monopolista por meio da cultura entendida como mercadoria. Harvey (2006, p.222) afirma que “a renda monopolista surge, porque os atores sociais podem aumentar seu fluxo de renda por muito tempo, em virtude do controle exclusivo sobre algum item, direta ou indiretamente, comercializável, que é, em alguns aspectos, crucial, único e irreplicável”. No caso direto, os atores extraem a renda monopolista de algum recurso natural, mercadoria ou local de qualidade singular. No caso da renda monopolista indireta, “não se comercializa a terra, o recurso natural ou o local de qualidade singular, mas a mercadoria ou serviço produzido por meio do seu uso” (HARVEY, 2006, p. 222). Neste caso, “a escassez se cria pela retenção da terra ou do recurso para uso presente, especulando-se sobre valores futuros”.

Nessa perspectiva, Harvey (idem, p.223) ainda destaca que, no contexto da globalização, o poder monopolista é diminuído, estimulando o capitalismo a buscar cada vez mais novas formas de exercício deste poder, e “a ideia de cultura “ está cada vez mais enredada com as tentativas de reassurar tal poder monopolista, exatamente porque as alegações de singularidade e autenticidade podem ser melhor articuladas enquanto alegações culturais distintivas e irreplicáveis” (HARVEY, 2006, p. 227).

As intervenções urbanas são permeadas por uma produção de imagens-síntese das cidades que são priorizadas no intuito de criar vantagens comparativas e exibir e divulgar as cidades-modelo no mercado competitivo internacional. Museus, aquários,

¹⁸ ARANTES, Otilia, Uma Estratégia Fatal. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

shopping centers, monumentos, ambientes reformados e renovados, complexos hoteleiros, prédios corporativos, grandes obras viárias são exemplos de imagens e de símbolos comuns que permeiam o imaginário e a concretude em si desse novo planejamento estratégico aliado à arquitetura de grife ou ao urbanismo décor, conforme salienta Barbosa (2005, p.128).

Para que essas imagens circulem e convençam, a mídia tem desempenhado um papel de destaque nas suas divulgações constantes dos *marcos especiais de distinção*¹⁹ e, por essa razão, se constitui como uma forte aliada nas coalizões gestoras. A grande imprensa e a mídia em geral tornam-se predominantes porta-vozes na veiculação da virtuosidade das intervenções para toda a população.

Nessa lógica, a fabricação do consenso é condição e resultado dos discursos e das ideias que produzem imagens que em um processo cíclico são usadas para justificá-los. É como se os indivíduos estivessem atados em uma trama gestada pelas coalizões que administram as cidades empreendedoras e nas quais a realidade é frequentemente espetacularizada em imagens que nada são além de representações, mas que, na sociedade do espetáculo, são alçadas à condição de verdade. Nas considerações de Debord (1997 [2013], p. 30, *grifos do autor*), “o espetáculo é o momento em que a mercadoria *ocupou totalmente* a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo”.

Souza (2011) salienta que “as representações são um campo de disputa simbólica, e as ‘significações imaginárias sociais’ que, tão amiúde, nelas se acham reificadas ou diluídas, são, simultaneamente, também, as ‘armas’ simbólico-discursivas dessas contendidas.” (p.160) É pela repetição constante que certas representações aderem à memória coletiva, incorporando valores simbólicos ao espaço de tal modo que algumas cidades ficam marcadas por slogans, como, por exemplo, “Paris sempre foi ligada ao amor, ao romance, Sicília é máfia, Rio é carnaval, é música, alegria, Barcelona é cultura”. (SIMAS, 2009, p. 116).

¹⁹ HARVEY, D. *produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006 (p. 233).

Vale ressaltar que projetos de “revitalização” no urbano, tanto com obras físicas quanto por operações simbólicas, é legitimado por uma construção imagética que, ao mesmo tempo reinventa a história local e afirma um novo modo de vida no espaço regenerado. Além de reescrever a história, ora apagando registros e modos de vida considerados inconvenientes, ora acentuando a importância de determinados fatos históricos e formas culturais, projetos como o emblemático Porto Maravilha incorporam frequentemente grandes equipamentos culturais como catalisadores para a desejada mudança do perfil sociocultural e econômico dos públicos do espaço regenerado.

Outro aspecto presente no desenrolar desse projeto de cidade, refere-se à prática em ignorar a demanda local em sua historicidade e heterogeneidade. Assim, eventos culturais são organizados [e equipamentos culturais instalados] com o patrocínio das instituições que conduzem essas intervenções onde somente uma pequena parcela da população local participa ativamente ao mesmo tempo em que a demanda hegemônica frequentadora desses eventos vai pouco a pouco se interessando pela porção do espaço que está sendo revitalizada. Conforme corrobora (SERPA, 2007, p.115), “são as classes médias cultivadas os ‘clientes’ privilegiados dos equipamentos socioculturais, concebidos por elas e para elas, que são, ao mesmo tempo, os criadores, os gestores e os usuários dos espaços públicos urbanos”.

A produção do espaço, como sabemos, pressupõe a contradição ao significar a própria reprodução do capital e a produção de relações de poder desde a escala do cotidiano até a escala global. Nesse sentido, por mais que se criem representações e que se espetacularizem as cidades, tornando-as verdadeiros cenários e palcos da ação humana desinteressada, o espaço não se produz sem contradição e existem momentos específicos em que a contradição fundamental entre valor de uso e valor de troca, entre apropriação e dominação, grita e salta aos nossos olhos hipnotizados pelo espetáculo. É nesse caminho que a Zona Portuária do Rio de Janeiro se manifesta como objeto de análise deste trabalho. Nas palavras de Videira (2007, p. 153-154), “[...] a investigação histórica consistiria não na procura da construção de um relato, o

qual almeja atingir a objetividade máxima. Na investigação histórica, seria imprescindível mediar o presente com o passado”.

Projeto Porto Maravilha e a revitalização seletiva da Zona Portuária

A Zona Portuária do Rio de Janeiro foi objeto de uma parceria público-privada licitada em 2010. Desde então, a região é administrada pelo Consórcio Porto Novo (composto pelas construtoras Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia), responsável pela execução do projeto Porto Maravilha, que tem por missão promover a “ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da região, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da área”²⁰. Conforme aponta Albinati (2016, p. 114), trata-se de um projeto elaborado e conduzido nos moldes de tantas outras revitalizações de centros antigos, inclusive zonas portuárias, como as de Barcelona e de Buenos Aires, que são apontadas como modelo pela propaganda do próprio Porto Maravilha.

A exaltação de aspectos simbólicos, forjando um tipo específico de discurso sobre a memória e a vida cultural que apoia os objetivos comerciais do projeto também não é uma novidade. Em especial, a construção de grandes equipamentos culturais tem sido uma marca comum aos projetos gentrificadores²¹.

Nesse sentido, a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro - Porto Maravilha tem, em sua ação, privilegiado o caráter da cultura como mercadoria, voltando-se para um modelo padrão de consumidor de cultura que não comporta a população que hoje luta para permanecer na região. Paradoxalmente, a cultura que se busca “ressemantizar” para promover a cidade e os espaços redesenhados aproveita-se do “autêntico” e do “singular” dessa mesma população: aproveita-se do seu “patrimônio cultural”, mas dispensa-se a sua presença. A cultura é substituída pela fantasmagoria do simulacro – pela imagem autorreferente, que se cria pela livre arbitrariedade do mercado, em um “jogo aleatório dos significantes” (DEBORD, 1997).

²⁰ Do site do projeto Porto Maravilha. Disponível em <<http://www.portomaravilha.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx>>. Acesso em 20/01/2018.

²¹ “Vale salientar que essa mudança em geral não prioriza a formação dos públicos locais e sim a atração de novos públicos, já “formados””. (ALBINATI, 2016. p. 14)

Ao analisarmos detalhadamente esta região, observamos situações importantes para a análise do processo de revitalização da região da portuária: com o intuito de promover uma nova imagem e identidade para o Rio de Janeiro, o projeto Porto Maravilha apresentou propostas para resgatar e para valorizar a história e a diversidade cultural da região. Dentre elas, tornaram-se reais na atualidade: a celebração das tradições Afro-Brasileiras na Pedra do Sal (considerado o local do nascimento do samba) e nas adjacências; a revalorização do patrimônio cultural africano e das ruínas arqueológicas locais; a renovação e o restauro do patrimônio edificado na zona portuária, e a criação de um Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana – um roteiro que inclui marcos históricos importantes como a referida Pedra do Sal, o Cais do Valongo, o Largo do Depósito (onde escravos eram vendidos), o Instituto dos Pretos Novos e o Centro Cultural José Bonifácio.

Salientamos que esses locais constituem a construção de um espaço, a zona Portuária, e é marcado por sua história e por seus atores na cidade do Rio de Janeiro, pois, ao longo do processo de construção da configuração espacial da cidade do Rio de Janeiro, muitos espaços foram construídos e destruídos. Apagados da materialidade ou dos presentes, alguns espaços só podem ser entendidos se articulados às práticas dos grupos sociais naqueles lugares; dito de outra forma, os territórios só ganham inteligibilidade por meio da prática da população que ali vive. Ocupando uma área central da cidade, é uma região que guarda todos os sinais de uma batalha ocorrida há muito tempo entre uma população com um determinado modo de vida e um Estado omissivo e, talvez por conta disso, ao mesmo tempo, opressor (SILVA, 2015).

Além disso, notamos a presença no entorno da Praça Mauá de hoje, juntamente ao Museu de Arte do Rio, o Museu do Amanhã e o AquaRio Marinho do Rio como equipamentos culturais suntuosos e arrojados que se encaixam no receituário de cenários pensados e colocados em práticas a fim de prevalecer a cidade como mercadoria do espetáculo.

A cidade-empreendimento assumida como valor de troca, como máquina de produzir riquezas é, sobretudo, sob uma renda exclusiva, onde poucos, de fato, “ganham”. Um nem tão novo ator empreendedor envolvido na emergência desses

cenários-vitrines é a Fundação Roberto Marinho Globo, assim como as empreiteiras responsáveis pela construção dos museus, Carioca Engenharia e OAS. Em especial, chamam à atenção as vultosas cifras recebidas pela ONG ligada à TV Globo na gestão do Museu do Amanhã ainda antes da sua inauguração. Segundo o Portal da Transparência da prefeitura do Rio, R\$ 56.003.994 já foram pagos à Fundação Roberto Marinho pelo "Programa Porto Maravilha" desde 2010²². Além disso, a construção do Museu foi assinada pelo famoso arquiteto espanhol Santiago Calatrava²³ a um custo de R\$ 215 milhões. Nota-se, portanto, a inversão de papéis do planejador, pensando a cidade para o uso, para o novo ator/empreendedor, que se volta para uma urbanização empresarial, pensando e articulando a cidade para a troca, criando cenários com formas repetitivas, voltados para o urbanismo décor através do apelo estético. São as paisagens-fetiche.

Observa-se, assim, que o Estado está longe de ser um agente social autônomo e soberano, representando o conjunto da sociedade civil. A atuação do Estado faz-se, todavia, principalmente, visando à criação de condições para a produção e para a reprodução do capital, viabilizando a produção e o controle do espaço urbano para as elites sob a forma da privatização da Praça Mauá e da revitalização seletiva com a construção dos Museus de Arte do Rio e do Amanhã que, juntos, constituem os grandes marcos arquitetônicos e referenciais do programa Porto Maravilha, em detrimento de diversos outros espaços culturais no Rio de Janeiro estrategicamente precarizados, como é o caso do Instituto dos Pretos Novos, equipamento cultural ligado à memória e resistência negra na região que não obtém um apoio de forma efetiva do poder público municipal já há algum tempo²⁴.

Constatamos esse fato também com o Cais do Valongo, considerado o maior porto escravagista da América e desenterrado em função das obras do ambicioso projeto do Porto Maravilha. Estima-se que por ele desembarcaram, no período em fins

²² Fonte: www.redebrasilatual.com.br/blogs/helena/2015/12/fundacao-roberto-marinho-ganha-r-56-mi-da-prefeitura-para-gerir-museus-que-estavam-em-construcao-4022.html. Acesso em: 11/08/2018.

²³ Arquiteto responsável pelo projeto de famosas construções em diversos países no mundo, a saber: França, Itália, Espanha, Portugal, Suíça, EUA, Grécia e Argentina.

²⁴ <https://oglobo.globo.com/rio/sem-dinheiro-para-manutencao-instituto-dos-pretos-novos-lanca-curso-para-arrecadar-material-de-limpeza-22645563>. Acesso em: 12/08/2018.

do século XVIII e início do XIX, cerca de um milhão de africanos escravizados²⁵. As reportagens constantemente veiculadas nas grandes mídias abordam que o sítio arqueológico do Cais do Valongo passa por um processo de abandono por parte dos agentes públicos municipal a ponto de existir o risco da perda do seu título como patrimônio da humanidade²⁶.

Otilia Arantes (2013) salienta que os processos de renovação urbana acabam por atrair novos usos e novas rendas superiores às dos moradores e/ou frequentadores tradicionais, elevando os preços imobiliários e provocando um arrastão gentrificador de grandes proporções. Sendo assim, a retomada da posse do centro das cidades significa a reconquista das elites ao coração das cidades.

Tais ações têm gerado um intenso debate sobre os reais benefícios urbanos trazidos para a coletividade. Ao atingirem os objetivos de ganhos de capital, com base em processos altamente especulativos, as avaliações dessas iniciativas assinalam que nem sempre as intervenções promovem benfeitorias duradouras para os lugares, assim como estão desconectados da memória afrodescendente historicamente presente na localidade. Questiona-se, dessa forma, a legitimidade cultural desses equipamentos e as atividades ao observar que a monumentalidade dos novos edifícios e a estetização da paisagem dos espaços públicos podem contribuir com a fragmentação dessa importante área com o restante da região portuária e, sobretudo, transformar os usos tradicionais e alterar a representação simbólica de todo o patrimônio ali existente. Tal questão revela que as intencionalidades e os interesses de diversos grupos nas apropriações da região portuária são voltadas para oportunidades de negócios, ao encarar o Cais do Valongo como um patrimônio mercantilizado, ordenador, disciplinador e até como para uma certa “folclorização” de suas expressões culturais, e não o valorizando com narrativas de resistência, na medida em que ele daria visibilidade e afirmação da memória, trazendo reconhecimento social de camadas da sociedade que historicamente sofreram e sofrem um processo ativo de esquecimento.

²⁵ Conforme Dossiê Do Sítio Arqueológico Cais Do Valongo Proposta De Inscrição Na Lista Do Patrimônio Mundial. p.141.

²⁶ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/cais-do-valongo-pode-perder-titulo-de-patrimonio-historico-da-humanidade.ghtml>. Acesso em: 12/08/ 2018.

Considerações Finais

No contexto territorial, observa-se que a zona portuária do Rio de Janeiro, com sua modernização ocorrida, teve sua viabilização pela aprovação da Operação Urbana Consorciada (OUC) Porto do Rio, conhecida como projeto Porto Maravilha, em implantação em 2010, mas perguntamos: maravilha, para quem? Legitimada por vários projetos de recuperação econômica da região e pela realização de grandes eventos esportivos, viabilizaram-se muitas intervenções urbanas que visaram à valorização simbólica e econômica da região. Como é recorrente nos projetos desse caráter, todavia, promoveu-se uma reinvenção dos lugares inseridos na área OUC, construindo uma imagem sem conflitos, homogênea, midiática, de uma região historicamente marginalizada, também intitulada de “Pequena África”. Ocorre-se uma estratégia de nova modernização aos modos do desenvolvimento urbano com uma valorização econômica da terra e com uma reconfiguração da imagem da cidade no âmbito global, apresentando de forma internacionalizada o Museu de Arte do Rio e o Museu do Amanhã, que são circuitos espaciais produtivos da região.

Nesse sentido, a área da Praça Mauá passou por uma mercantilização do espaço público com a construção dos referidos museus, e consiste em uma apropriação seletiva do lugar enquanto processo social histórico. É interessante observar a coisificação do espaço e de seus elementos quando encarado como mercadoria, destituindo-se de seus valores simbólicos e culturais, de sua importância em sua origem e o que ele representa para cada um. No caso da Praça Mauá e de seu entorno, o espaço local em toda a sua complexidade se subjugou aos interesses e aos “mandamentos” do capital.

Pensar a cidade e a urbanização significa enfrentar desafios que se colocam tanto no campo metodológico quanto no campo da ação prática e, em especial, na formulação de políticas que não tenham a perspectiva apenas reforçadora dos processos que tendem a reproduzir padrões de segregação socioespacial, da convivência e no ocultamento de um passado de dor e de sofrimento.

A organização interna da cidade é a chave para chegarmos aos processos sociais que animam o espaço urbano e que estão envolvidos na dinâmica da produção do espaço (SOUZA, 2003, p. 63). É, ao mesmo tempo, uma chave privilegiada para observarmos e para decifrarmos a sua complexidade enquanto produto social.

Evidenciou-se, na perspectiva do patrimônio cultural relacionado à memória local, que o Cais do Valongo se encaixa na circunstância de um espaço criado na refuncionalização do patrimônio e funciona, segundo Arantes (1995, p. 143), como grandes vitrines publicitárias. Tais cenários despertariam, segundo a autora, um “espírito cívico”, um “orgulho nacional”, e ainda o senso de pertencimento da população, mas não necessariamente uma “vida pública integradora, democrática e identitária”. Assim, alguns lugares e algumas ruínas revestem-se de significados e integram a construção de patrimônios e de memórias passíveis de contribuir para a alteração simbólica da cidade, compondo sua singularidade como adequada ao interesse turístico, à especulação imobiliária e à obtenção de recursos (Gonçalves, 2013; Leite, 2007).

No entanto, vale considerarmos o Valongo, devido ao seu forte caráter simbólico, como lugar de memória e celebração das heranças africanas, conferindo ao lugar legitimidade cultural, resistência e luta. Portanto, as intencionalidades associadas ao processo de patrimonialização desse bem arqueológico podem ser observadas por diversos olhares.

Desse modo, é importante frisar que o favorecimento do privado em detrimento do público e a emergência e o enaltecimento das paisagens voltadas para o seu consumo estético deve ser enfrentada com políticas de intervenção por meio de uma perspectiva integral, vinculando as dimensões histórica, econômica, social e urbana. As políticas públicas, desse modo, devem ser de inclusão urbana e de combate às desigualdades e às diferenciações socioespaciais em seus diversos níveis e dimensões, e não o inverso, conforme verificamos em nossa análise, ou seja, o papel fundamental do poder público municipal, formulando e acirrando a partir do financiamento das construções, bem como dos promotores imobiliários, reforçando a segregação socioespacial ao converter a paisagem em um capital móvel do consumo

seletivo e de massa na construção de equipamentos culturais sem vinculação histórica concreta com a cidade.

Referências Bibliográficas

- ALBINATI, M. L. *A produção de espaços culturais na Zona Portuária do Rio de Janeiro: entre isotopias e heterotopias*. Rio de Janeiro: UFRJ. 2016. 216 p. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Políticas e Planejamento Urbano – IPPUR/UFRJ. 2016.
- ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo” In: SADER, Emir e GENTILE, Pablo (org.) *Pós-neoliberalismo - As políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARANTES, Otilia, Uma Estratégia Fatal. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petropolis, RJ: Vozes, 2013. 192p.
- _____, O. *O Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: Edusp, 2001
- BARBOSA, Jorge Luiz. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: SANTOS, M. [et al.]. *Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- BORJA, Jordi. *As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão européia e latino-americana*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- BORJA, Jordi & CASTELLS, Manuel. *Local y global*. La gestión de las ciudades en la era de la información, Taurus, 1997.
- CARLOS, A. F. A. *A Condição Espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CASTELLS, Manuel & BORJA, Jordi. *As cidades como atores políticos*. In: Novos Estudos CEBRAP, nº. 45, julho/1996, p. 152-166.
- COMPANS, Rose. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013 [1997].

DEL RIO, Vicente. *Voltando às origens: a revitalização de áreas portuárias nos centros urbanos*. Arquitectos, n. 15, ago. 2001

_____, V. Baltimore e o Inner Harbor. In: ANDREATTA, Verena (Org.). *Porto Maravilha e o Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo S. *The dark side of the moon: heritage, memory and place in Rio de Janeiro, Brazil*. Vibrant, Brasília, n. 10, v. 1, 2013. Disponível em: http://www.vibrant.org.br/downloads/v10n1_goncalves.pdf.

HARVEY, D. "O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas". Revista Espaço e Debates. São Paulo: Cortez, n.6, jun./set. 1982.

_____, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. São Paulo, Espaço e Debates, nº 39, 1996, p. 48-64.

_____, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo, Boitempo, 2011

IAMAMOTO, M. V. *O Brasil das desigualdades: "questão social", trabalho e relações sociais*. Revista SER social, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul./dez. 2013.

IASI, Mauro Luis. *A crise do capital: a era da hipocrisia deliberada*. Revista PRAIA VERMELHA /Rio de Janeiro /v. 19 nº 1 /p. 25-40 /Jan-Jun 2010.

JACOBS, Jane. *The death and life of great american cities*. New York: Vintage Books, 1961.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2007.

- LIMA JUNIOR, Pedro de Novais. *Uma estratégia chamada “planejamento estratégico”*: deslocamentos espaciais e a atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.
- MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- SANCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Santa Catarina: Argos, 2010.
- SANTOS, B. S., *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974/1988)*, Porto: Edições Afrontamento, 1990.
- SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SASSEN, Saskia. A cidade global. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Lina Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (orgs.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993 [1991]. p. 187- 202.
- _____. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel. 1998
- SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.
- SILVA, Lucia. *Freguesia de Santana na cidade do Rio de Janeiro: Territórios e etnia no último quartel do século XIX*. Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade. v. 7, n. 10, jan /ago (2015).
- SIMAS, Sonia Cristina de Oliveira. *A criatividade urbana como estratégia de competitividade*. 2009. 160 p. Dissertação (mestrado). Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial. Universidade de Aveiro, Portugal. 2009. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/1655/1/2009000943.pdf>
- SOUZA, M. *ABC do Desenvolvimento Urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo. Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação (org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.
- VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos;
- Melo & Pacheco, *Mercantilização da Zona Portuária do Rio de Janeiro e a produção de espaços espetacularizados*.

MARICATO, Ermínia (org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013 [2000], p. 75-104.

_____. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013 [2000], p. 105-120.

VIDEIRA, A.A. Historiografia e história da ciência. *Escritos*. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa. Ano 1, n. 1, p. 111-158. 2007.

Data de Submissão: 19/08/2018

Data de Aceite: 21/05/2019